



## RESOLUÇÃO Nº 1117/2012 - CST

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 855118, em nome de CM TRANS, conforme Processo nº 201100029003984.

A Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011, estabelece que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente serão inicialmente, apreciadas e deliberadas pela respectiva Câmara Setorial, cabendo, da decisão desta, recurso à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, órgão regulador;

Considerando o disposto na Lei nº 8.987/95, Decreto nº 2.521/98, ambos da ANTT que dispõem sobre a exploração mediante permissão e autorização de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, e ainda o Convênio firmado entre ANTT/AGR, conferindo poderes à última para a fiscalização do transporte interestadual de passageiros nas rodovias estaduais;

Considerando o que consta do processo, a não apresentação de defesa e levando em conta as manifestações técnicas e jurídicas, as quais são adotadas na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando o disposto na Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, que regulamenta a imposição de penalidades por parte da ANTT, no que tange ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

Considerando que CM TRANS, infringiu o art. 1º, Inciso IV, “a da Resolução nº 233/2003, por executar serviços de transporte rodoviário interestadual ou internacional de passageiros sem prévia autorização ou permissão, no percurso Goiânia-GO / Xambioá-PA, foi autuada em 04/06/2011, nos termos do auto de infração nº 855118,

Considerando a decisão da Câmara Setorial de Transportes, em reunião realizada em 20/06/2012,

### R E S O L V E:

Art. 1º Manter o auto de infração nº 855118, em nome de CM TRANS, pelo descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 20 dias do mês de junho de 2012.

Ana Carolina de Lima Costa  
Conselheira Coordenadora

José Duarte dos Santos



Conselheiro